

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Laís Marques Pivetta

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM
LOCAIS DE LAZER**

Santa Maria, RS, Brasil

2018

Laís Marques Pivetta

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM
LOCAIS DE LAZER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Terapia Ocupacional**.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Miriam Cabrera Corvelo Delboni

Santa Maria, RS, Brasil

2018

Laís Marques Pivetta

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM LOCAIS DE
LAZER**

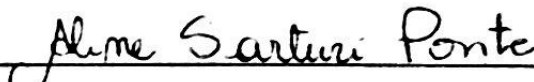
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Terapia
Ocupacional da Universidade Federal de
Santa Maria como requisito parcial para a
obtenção do grau de **Bacharel em Terapia
Ocupacional**.

Aprovado em 05 de julho de 2018:

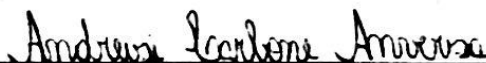
COMISSÃO EXAMINADORA:



**Prof.ª Drª Miriam Cabrera Corvelo Delboni
(Orientadora)**



Professora Aline Ponte (UFSM)



Professora Andreisi Anversa (UFSM)

Santa Maria, RS.

2018

RESUMO

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM LOCAIS DE LAZER

AUTORA: Laís Marques Pivetta

ORIENTADORA: Dr^a Miriam Cabrera Corvelo Delboni

A acessibilidade contribui para uma melhor qualidade de vida, pois, através de mecanismos acessíveis as pessoas conseguem ter maior participação social e exercer sua cidadania. Todavia, a implementação desses mecanismos ocorre de forma gradual, uma vez que é possível observar que nem todos os espaços estão aptos a atender ao público que necessita de adaptações ambientais. Um dos desafios da acessibilidade universal são as barreiras arquitetônicas, existentes nos mais diversos espaços que implicam na limitação de deslocamento de sujeitos que têm sua mobilidade comprometida por problemas físicos. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo investigar alguns dos locais de lazer da cidade de Santa Maria (RS), avaliando se estes possuem acessibilidade para pessoas com deficiência física. O processo investigativo foi realizado através da aplicação de um questionário de autoria de Ribeiro (2014), adaptado para a NBR 9050/2015. O resultado obtido mostrou que os locais de lazer da cidade possuem certo grau de acessibilidade, entretanto, é preciso fazer mudanças necessárias para se adequar às exigências da norma atual. Por fim, é possível concluir que nenhum dos locais avaliados está totalmente de acordo com a norma mais recente de acessibilidade.

Palavras-Chaves: Acessibilidade, Lazer, Pessoas com deficiência física.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 OBJETIVOS	6
1.1.1 Geral.....	6
1.1.2 Específicos	6
2. METODOLOGIA	7
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	7
2.2 TIPO DE PESQUISA.....	8
2.3 POPULAÇÃO, LOCAL E PERÍODO	8
2.3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	8
2.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	9
2.4.1 Instrumento Avaliativo	9
2.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	9
2.6 RISCOS E BENEFÍCIOS	9
2.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	9
3. RESULTADO E DISCUSSÃO	10
4. CONCLUSÃO	15
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
6. ANEXO 1: CINEMAS E TEATROS	19
7. ANEXO 2: PRAÇA	24
8. ANEXO 3: BENS TOMBADOS-IGREJA	26

1 INTRODUÇÃO

Ter acesso a locais de lazer é um direito que as pessoas possuem. Contudo, o acesso a esses espaços pode ser difícil para pessoas que tenham alguma limitação física devido à falta de acessibilidade. De acordo com Nogueira *apud* Ribeiro *et al.* (2014), a acessibilidade está relacionada com a qualidade de vida. Embora seja um assunto amplo e que varia de acordo com a percepção do sujeito, a falta de acesso nos mais diversos setores da sociedade podem interferir na satisfação pessoal e no direito de exercer sua cidadania.

A falta de inclusão social é um problema que se faz presente nos dias atuais, isso torna-se visível quando nos deparamos com situações cotidianas onde pessoas com deficiência físico motora encontram dificuldades de realizar suas atividades de forma independente pela falta de acessibilidade. De acordo com Fregolente (2008), as pessoas com deficiência têm dificuldade de participação social devido aos espaços coletivos serem pensados, em sua maioria, para pessoas ditas normais.

A cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul é uma cidade que possui ambientes de lazer, como o teatro, shopping, praça e igreja. Com uma população estimada de 278.445 mil habitantes (IBGE, 2017), sendo que 19.770 pessoas têm deficiência motora, do qual 12.697 possui alguma dificuldade, 5.848 possui grande dificuldade e 1.225 não consegue de modo algum realizar atividades de vida diária (IBGE, 2010). Santa Maria abriga uma população heterogênea. Esta cidade é um exemplo do quanto é fundamental haver acessibilidade em seus espaços, pois é preciso que qualquer pessoa consiga ter acesso a esses ambientes de forma autônoma e independente.

Muitas das limitações e incapacidades das pessoas com dificuldade de locomoção não se devem a uma falta de habilidade de se adaptarem ao ambiente, mas a uma deficiência do espaço construído de abrigar diversidades. Neste caso a deficiência em si não é o fator causador da imobilidade e sim, a falta de adequação do meio. As barreiras físicas colocam mais obstáculos para as pessoas portadoras de deficiência à participação na sociedade do que limitações funcionais. A eliminação dessas barreiras, através da legislação da disponibilização de instalações adequadas, do desenho universal e por outros meios, é considerada indispensável para obter a igualdade de oportunidades para essas pessoas. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2000 *apud* FREGOLENTE, 2008, p.26).

Haver acessibilidade em todos esses espaços, principalmente nos locais de lazer é caminhar rumo a uma sociedade mais inclusiva, proporcionando maior autonomia e independência para as pessoas. Dessa maneira, evidencia-se a necessidade de existirem locais de lazer acessíveis, pois, além de uma lei a ser cumprida, é um direito assegurado que deve ter condições de ser exercido.

Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades iguais a todos seus usuários. No entanto, a maioria das cidades é construída e modificada desconsiderando vários dos diversos tipos humanos que habitam estes ambientes construídos. A dificuldade de acesso, ao contrário do que muitos imaginam, não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas. Existem aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual. (BITTENCOURT, *et al.* 2004, p.1).

Diante dos benefícios que a acessibilidade proporciona às pessoas, este estudo foi desenvolvido a fim de investigar se a cidade possui acessibilidade nos locais designados a promoção de lazer. Portanto, a questão que essa pesquisa se propôs a responder é: os espaços representativos de lazer na cidade de Santa Maria, estão adequados ao acesso de pessoas com deficiência físico motora?

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 Geral

Identificar a acessibilidade dos pontos de lazer na cidade de Santa Maria-RS para as pessoas com deficiência físico motora.

1.1.3 Específicos

- 1) Identificar quais são os pontos de lazer da cidade de Santa Maria.
- 2) Observar se há acessibilidade nesses locais.
- 3) Avaliar as condições de acessibilidade.

2. METODOLOGIA

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa foram observados e avaliados os lugares de lazer de maior circulação da cidade de Santa Maria-RS, a fim de averiguar se os espaços determinados neste estudo são acessíveis para pessoas com deficiência físico motora. Os locais destinados à avaliação foram quatro shoppings da cidade, mais especificamente cinema (os shoppings que possuíam) e sanitários, uma igreja, um teatro, e a principal praça da cidade. Os locais selecionados são pontos de referência da cidade e possuem um fluxo significativo. A pesquisadora se deslocou até os determinados espaços para realizar a avaliação através da aplicação de um questionário. Esta avaliação utilizou-se de um protocolo já criado e utilizado numa pesquisa realizada na cidade de Salvador-BA. Este questionário foi criado por Ribeiro (2014), et al., encontrado no artigo “Elaboração de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física em Locais de Lazer”, 2014. Desse modo, a pesquisadora reaplicou o mesmo método já utilizado em Salvador, na cidade de Santa Maria. O protocolo original baseou-se na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050) do ano de 2004, entretanto, nesta pesquisa foi utilizado a ABNT/NBR 9050 do ano de 2015 válida a partir de 11 de outubro de 2015.

Quadro 1. Itens avaliados relacionados ao lazer na cidade de Santa Maria

LOCAIS	NORMA ABNT CORRESPONDENTE
1) Cinemas e teatros	10.3 Cinemas, teatros, auditórios e similares.
2) Igreja	10.2 Bens Tombados.
3) Praça	10.13 Parques, praças e locais turísticos.
3. Banheiro	7 Sanitários, banheiros e vestiários

Fonte: RIBEIRO; REZENDE; ASSIS (2014). Elaboração de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física em Locais de Lazer.

Este método de avaliação prevê a pontuação em três níveis:

- a) () Atende plenamente.....2 pontos
- b) () Atende parcialmente.....1 ponto
- c) () Não atende.....0 pontos
- d) () Não se aplica.....2 pontos

De acordo com Ribeiro (2014) o item “a” e o item “d” possuem a mesma pontuação para que o cálculo da classificação final não seja prejudicado, uma vez que quando for selecionado não implica em ausência de necessidade a ser atendida.

2.2 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa de cunho descritivo utilizando à forma de abordagem a pesquisa quantitativa. Segundo Rodrigues (2007), a pesquisa descritiva é aquela que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem interferência do pesquisador, podendo também fazer o uso de técnicas padronizadas de coletas de dados, como por exemplo, o questionário.

2.3 POPULAÇÃO, LOCAL E PERÍODO

A pesquisa foi realizada no Teatro A, na Praça A, na Igreja A, nos shoppings, A, B, C e D na cidade de Santa Maria (RS), tendo como público-alvo pessoas com deficiência físico motora. O período da pesquisa ocorreu em março de 2018.

2.3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos os quatro shoppings da cidade por entender que há grande circulação em todos eles. Foi incluída a principal praça da cidade, pois é ponto de referência cultural devido localizar-se na parte central da cidade, no ambiente pedonal. Quanto à igreja foi incluída a referência para atividades religiosas, ficando excluídas as demais. Incluiu-se o único teatro da cidade. A coleta e análise de dados referem-se à acessibilidade para pessoas com deficiência físico motora, ficando excluídas as demais.

2.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

O estudo foi realizado através da aplicação do questionário elaborado por Ribeiro (2014), et al., apresentado no artigo “Elaboração de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física em Locais de Lazer”.

2.4.1 Instrumento Avaliativo

Utilizou-se um questionário como método de coleta de dados. Esse instrumento de avaliação contém itens referentes à Norma de Acessibilidade 9050 do ano de 2015. Esse instrumento consiste em três formulários distintos, sendo um deles referente a Cinemas e Teatros (aplicado em cinco locais), Praça (aplicado em um local) e Bens Tombados- Igreja (também aplicado em um local). O questionário referente ao Cinema e Teatro contém 22 perguntas sendo que 9 delas são destinadas aos sanitários. O formulário pertencente a Praça e o formulário pertencente a Igreja contém 7 perguntas cada. Os questionários possuem itens de avaliação diferentes, pois a Norma varia de acordo com o local.

2.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Após a aplicação do questionário os resultados foram analisados pela pesquisadora e estão apresentados em forma de quadro e gráficos, feitos pelo programa Microsoft Office Excel 2016.

2.6 RISCOS E BENEFÍCIOS

A pesquisa não apresentou qualquer risco físico, moral ou psicológico à amostra. Como benefício através deste estudo espera-se dar maior visibilidade para uma questão social que se refere as condições de acesso ofertadas pelos lugares de lazer para pessoas com algum tipo de deficiência físico motora.

2.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Os responsáveis dos lugares onde os dados foram coletados foram informados sobre a pesquisa, todavia o estudo foi realizado mediante a concordância e assinatura do Termo de Confidencialidade (salvo exceção). Os dados coletados são de caráter sigiloso e diante da concordância do Termo de Consentimento. A presente pesquisa está registrada sob o número 23081.016880/2018-16.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir do estudo realizado foi possível conhecer a realidade de alguns espaços de lazer da cidade de Santa Maria (RS) referente ao quesito de acessibilidade. O quadro abaixo mostra os resultados obtidos com o presente estudo.

Quadro 2. Locais avaliados

Local	Total de Pontos	Pontuação	Acessibilidade (%)
Shopping A	44	34	77,27
Shopping B	18	13	72,22
Shopping C	44	28	63,64
Praça A	14	8	57,14
Teatro A	44	22	50,00
Shopping D	18	6	33,33
Igreja A	14	4	28,57

Fonte: Dados elaborados pela autora, após levantamento de busca ativa em 2018.

Após a coleta e análise dos dados foi possível perceber que o lugar, segundo esta pesquisa, considerado mais acessível foi o Shopping A inaugurado no ano de 2017, ele é também a construção mais recente dos lugares avaliados. Com isso, é possível sugerir que os espaços mais recentes mostram-se mais acessíveis quando comparados aos lugares mais antigos da cidade, como a Igreja A. Todos os espaços avaliados possuem um fluxo significativo de pedestres, demonstrando a importância de se haver adaptações nesses lugares. Os mesmos resultados podem ser observados nas figuras a seguir.

A figura 1 mostra a comparação entre os locais que tiveram o mesmo questionário aplicado. É possível observar que o local com o percentual mais alto é também o espaço mais novo da cidade, enquanto que o local que com o percentual mais baixo é o espaço mais antigo da cidade (em relação aos três lugares aqui comparados).

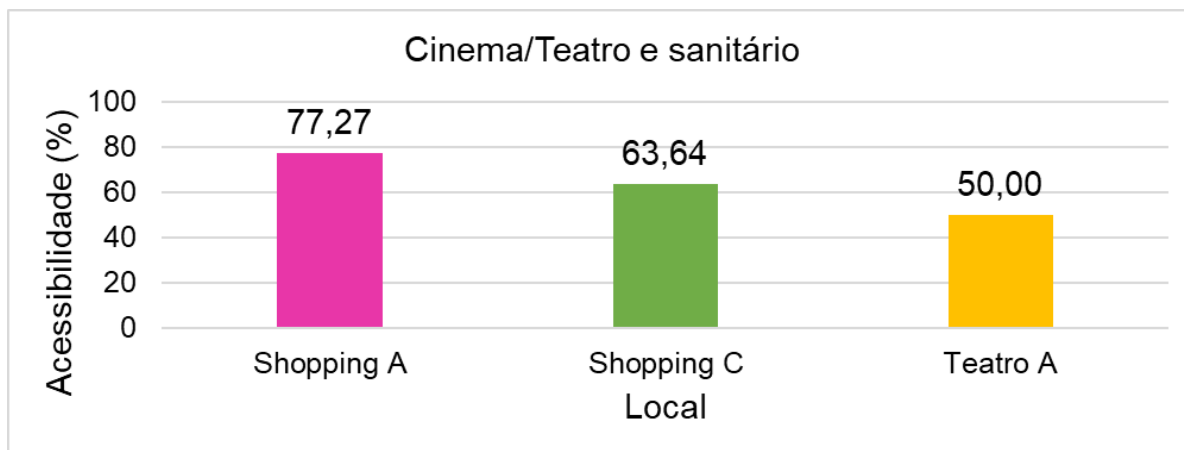


Figura 1 – Avaliação da condição de acessibilidade em cinemas e teatro.

A figura 2 mostra a comparação entre os locais que tiveram o mesmo questionário aplicado. Neste caso, esses dois shoppings (B e D) não possuem cinema, portanto, foram avaliados somente os sanitários do local.

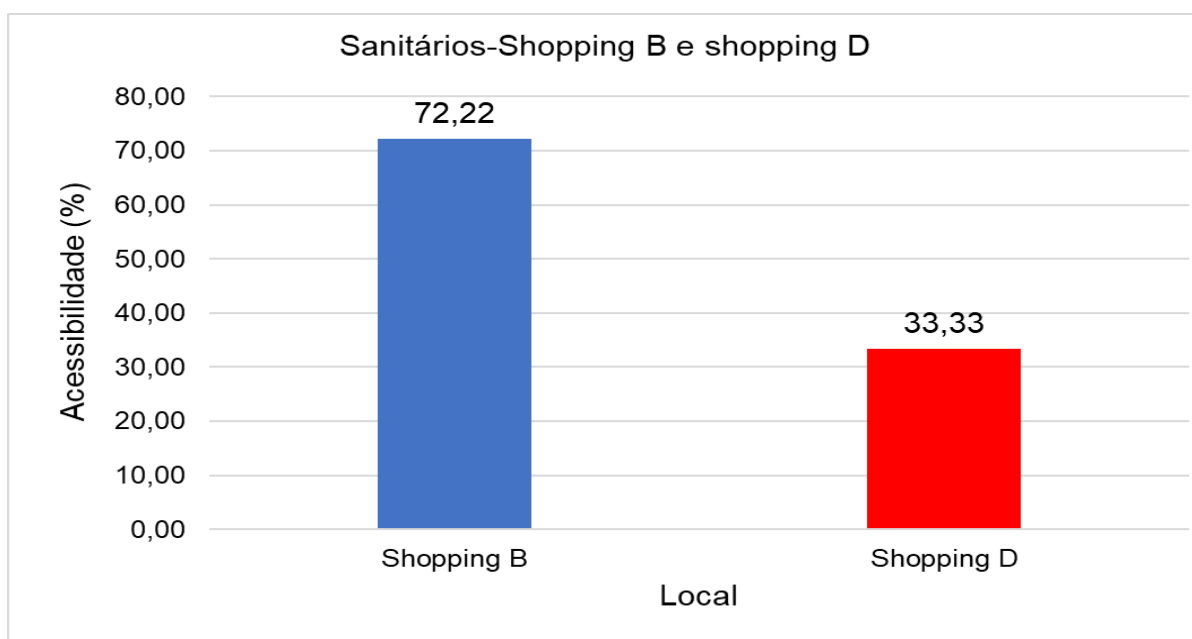


Figura 2 – Avaliação da condição de acessibilidade dos sanitários em shoppings.

A figura 3 mostra a comparação de todos os lugares avaliados nessa pesquisa. Estes por sua vez tiverem diferentes questionários aplicados, devido serem espaços diferentes.

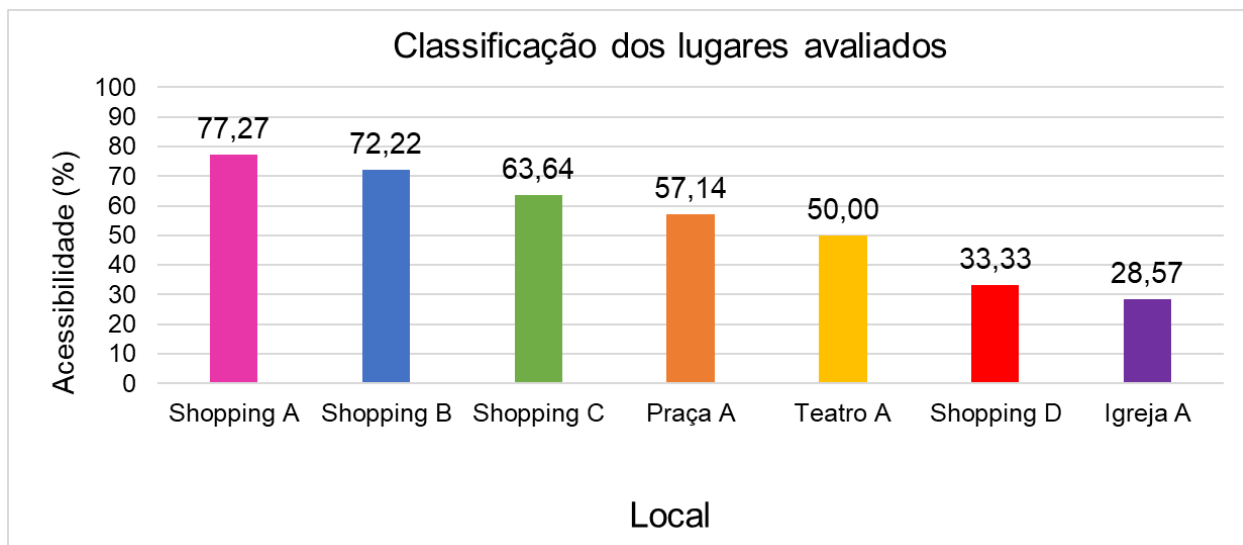


Figura 3 – Avaliação da condição de acessibilidade de todos locais de lazer.

Os dados apresentados demonstram que quatro dos sete espaços representativos de lazer avaliados possuem pontuação superior a 50% referentes aos critérios de acessibilidade. Com base nos dados da pesquisa, os ambientes de lazer da cidade de Santa Maria são parcialmente acessíveis, uma vez que nenhum dos locais avaliados está totalmente de acordo com a norma NBR 9050. Isso significa que nenhum dos locais está inteiramente adequado ao acesso de pessoas com deficiência.

A Praça A atende parcialmente alguns requisitos do questionário aplicado, como as condições gerais de acessibilidade que precisam ser melhoradas devido ao calçamento da praça apresentar irregularidades, dificultando maior mobilidade. Já o Shopping D deixa a desejar em muitos aspectos referentes a acessibilidade do sanitário acessível. A porta desse local encontrava-se chaveada no dia da pesquisa, considera-se isso como uma barreira atitudinal e física ao mesmo tempo (OMS, 2002). Seis itens de um total de nove, não atende o que é exigido pela norma, como exemplo, cita-se a localização incorreta de barras de apoio. A Igreja A não atende a maioria dos itens avaliados de acordo com a norma 9050/2015. Não há nenhum sanitário acessível assim como não tem espaços para as pessoas que usam a cadeira de rodas. O Teatro A não atende às exigências referentes a previsão de assentos para acompanhantes, e os espaços determinados para as pessoas que utilizam a cadeira de rodas não são aptos para proporcionar uma boa visualização do palco.

No Shopping B foi avaliado o sanitário acessível que atendeu a maior parte dos itens considerados para a avaliação, entretanto, existe apenas um sanitário acessível. Já o espaço de área de transferência lateral para manobra de cadeira de rodas poderia ser maior assim forneceria maior conforto ao usuário. O shopping C atende parcialmente alguns requisitos, como a localização acessível vinculada à rota de fuga, e o conforto, segurança e boa visibilidade acústica referente ao cinema. Quanto ao sanitário acessível foi observado apenas a existência de um sanitário unissex, e alguns detalhes no interior do sanitário que estão fora da norma, como por exemplo, a altura da descarga. O shopping A atende parcialmente quanto aos itens que se referem a uma rota acessível principal e as circulações de emergência, assim como uma localização acessível vincula a rota de fuga. Deveria haver uma maior visibilidade da placa que indica a saída de emergência e um espaço mais próximo para a evasão.

É preciso destacar que, todos os lugares avaliados, exceto o shopping A, foram construídos antes do ano de 2015, e as normas utilizadas para este estudo são do ano de 2015. Esse fato não interferiu na pesquisa devido que os locais poderiam ter se adaptado as novas normas, como aconteceu com o shopping C que fez mudanças nas salas de cinema para se tornar mais acessível.

Segundo Ribeiro *et al.* (2014) é a partir da acessibilidade aos ambientes que se estabelece relações, de forma a proporcionar maior interação e com isso um maior crescimento pessoal. Desse modo evidencia-se a importância de fazer as adaptações necessárias para o espaço tornar-se franqueável, contribuindo para uma maior participação e interação social das pessoas com deficiência físico motora.

Durante a realização da pesquisa, observou-se que dois shoppings da cidade mantêm as portas dos sanitários acessíveis chaveadas, ocasionando maior dependência do sujeito que irá utilizá-lo. Esse fato vai contra o conceito de “acessível” e o que diz a respeito da acessibilidade, que segundo Laquale (2017) define acessibilidade como sendo “a possibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida usufruir dos espaços e das relações sociais com segurança e autonomia.”

Outra observação realizada enquanto os questionários eram preenchidos, foi que durante a pesquisa no teatro e nos dois únicos shoppings que possuem cinema, os lugares destinados as pessoas com deficiência físico motora, que já estão definidos, localizando-se todos na mesma fileira. O fato de não haver uma

distribuição dos espaços destinados à essas pessoas, leva pensar que de alguma maneira esses ambientes não proporcionam uma maior autonomia, pois a escolha da pessoa torna-se limitante.

O conceito de acessibilidade e tudo o que ela representa vai ao encontro do fazer da terapia ocupacional, promovendo inclusão para que seja construído relações sociais e propiciando o máximo de autonomia, independência e participação social. Marins *et al.* (2011) ressaltam que a formação do terapeuta ocupacional se fundamenta em conteúdos teóricos e práticos que capacitam os profissionais para dispor à população atendida elementos que proporcionam o alcance de autonomia e funcionalidade da participação. Entende-se que ambientes físicos adequados podem se tornar facilitadores ou barreiras para que as pessoas com deficiência possam frequentar e tenham visibilidade nesses espaços que deveria ser para todos (OMS, 2002).

Logo, as normas existem para garantir que os lugares sejam acessíveis, porém é necessário haver maior implicação sobre esse assunto. Para isso, além de seguir as normas, torna-se fundamental conhecer a opinião de quem frequenta esses espaços. Um lugar se torna acessível no momento em que ele proporciona autonomia e independência ao sujeito. Portanto ao analisar-se esses espaços de lazer na cidade, observa-se que os mesmos possuem barreiras importantes para a participação das pessoas com deficiência e, estimula-se que sejam realizadas novas pesquisas envolvendo a percepção das pessoas com deficiência a respeito dessa questão.

4 CONCLUSÃO

Através desse estudo, foi possível conhecer a acessibilidade de alguns locais de lazer da cidade de Santa Maria. Após ter realizado a pesquisa e analisado os resultados é possível concluir que os espaços avaliados possuem alguma acessibilidade, no entanto, é necessário fazer adaptações, principalmente nos lugares mais antigos da cidade, que coincidentemente tiveram uma pontuação mais baixa. É preciso melhorar o acesso a esses espaços, que por muitas vezes é dificultado pela falta de acessibilidade ou até mesmo pela precariedade da mesma, assim como ocorre nos sanitários que deveriam se adequar conforme a norma e haver a construção de um sanitário acessível na Igreja A.

Seguir as normas é fundamental, mas também torna-se importante conhecer a opinião das pessoas que utilizam esses espaços. Com este trabalho foi possível perceber que os espaços de lazer avaliados, em sua maioria, não procuraram se adequar as novas normas de acessibilidade, seja por uma questão de comodidade ou por desconhecimento. A limitação dessa pesquisa está centrada nesse fato, a necessidade de se ampliar o assunto a partir das percepções das pessoas com deficiência. Não se levou em conta também, as formas de deslocamento que essas pessoas enfrentariam para que pudessem frequentar os locais de lazer na cidade. Sem dúvida nenhuma, em investigação futura esses dados coletados poderão contribuir para a compreensão do significado da relação acessibilidade e participação social das pessoas com deficiência na cidade.

Além disso, seria interessante se os responsáveis por esses locais pedissem sugestões para as pessoas que possuem deficiência físico motora de como se tornar um espaço mais acessível, conseqüentemente mais acolhedor. Isso demonstraria uma maior implicação social além de estar proporcionando uma maior capacidade de desempenho social para esse público.

Sendo assim, fazer as adaptações necessárias e conhecer as opiniões das pessoas que ocupam esses espaços colaboraria de forma mais eficiente para tornar o lugar mais inclusivo. A cidade apresentou bons resultados, de forma a concluir que os locais avaliados possuem acessibilidade, no entanto, é necessário fazer algumas mudanças conforme a mais recente NBR 9050. São mudanças simples a serem

realizadas para adequar-se conforme a Norma, pois a acessibilidade já existe nesses espaços o que falta é melhorar seus ambientes adequando-os conforme as exigências contidas na Norma.

Sendo a Terapia Ocupacional uma profissão que incentiva seus pacientes a participarem socialmente, conhecer a realidade quanto à acessibilidade dos locais de lazer da cidade em que nos inserimos é de extrema importância para contribuir com as análises de intervenções possíveis para que os terapeutas ocupacionais trabalhem para além da clínica. Acredita-se que o trabalho investigativo pôde proporcionar a autora ampliar a compreensão do real significado da participação social, instigando-a a querer ir à busca de ampliar os conhecimentos sobre esse assunto, em futuras pesquisas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Regulamentadora Brasileira – **Acessibilidade e Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**, Rio de Janeiro, 2004.

BITTENCOURT, L.S. et al. **Acessibilidade e Cidadania: Barreiras Arquitetônicas e Exclusão Social dos Portadores de Deficiências Físicas**. In Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais do 2 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2004.CD-ROM.

FREGOLENTE, R. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos. A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais-Estudo de caso**. Bauru, 2008.

IBGE, Censo. **Amostra – Pessoas com Deficiência**. 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/pesquisa/23/23612> . Acesso dia 19 de junho de 2018.

IBGE, População. **População estimada [2017]**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso dia 19 de junho de 2018.

LAQUALE, A. **A pessoa com deficiência física e o direito à acessibilidade**. 2017. Disponível em <<https://adonislaquale.jusbrasil.com.br/artigos/469572573/a-pessoa-com-deficiencia-e-o-direito-a-acessibilidade>>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

MARINS, SC. F. EMMEL, ML. G. Formação do terapeuta ocupacional: acessibilidade e tecnologias. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jan/Abr 2011, v. 19, n.1, p 37-52.

OMS, Organização Mundial da Saúde, CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [**Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais**, org.;

coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2002.

RIBEIRO, N.M.S; et. al. **Elaboração de um Instrumento de Avaliação de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física em Locais de Lazer**. 2014.

RODRIGUES, W.C. **Metodologia Científica**. 2007.

ANEXO 1: CINEMAS E TEATRO

CINEMAS E TEATRO	NORMA ABNT	
a) Localização	1. Condições gerais de acesso sendo que todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. (6.2.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	2. Rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência. Os acessos devem permanecer livres de quaisquer obstáculos de forma permanente. (6.2.3)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	3. A instalação do dispositivo acessível para controle de acesso deve prever manobra de cadeira de rodas. (6.2.6)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	4. Adaptações no caso de presença de catracas (6.2.5)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
b) Assentos para pessoas com mobilidade reduzida	5. Localização acessível vinculada à rota de fuga. (10.3.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende

(PMR) e/ou em cadeira de rodas (PCR)		parcialmente () Não atende () Não se aplica
	6. Previsão de assentos para acompanhante (pelo menos um) (10.3.1)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	7. Conforto, segurança e boa visibilidade e acústica. (10.1.3)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	8. Instalação em local de piso plano horizontal. (10.3.1)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	9. Posicionamento dos espaços e assentos em edifícios existentes. (10.3.3)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	10. Presença de espaço livre frontal de no mínimo 0,60m. (10.3.4.2)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende

		() Não se aplica
	11. Presença de espaços para PCR e PMR de acordo com tabela 8 da ABNT ((8.2.1.1 / 2004)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	12. Localização dos espaços destinados à PCR e PMR em ângulo visual estabelecido pela ABNT para permitir boa visualização da tela de projeção ou palco. (10.3.2.1)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	13. Dimensão de espaço para a cadeira de rodas de acordo com ABNT (mínimo de 0,80m x 1,20m)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
c) Sanitários	14. Presença de pelo menos um sanitário acessível por sexo, em rota acessível com sinalização. (7.4.3.2)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	15. Presença de área de transferência lateral para manobra da cadeira de rodas.	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica
	16. Presença de barras de apoio junto à bacia, na lateral e	() Atende plenamente

	no fundo. (7.7.2.2.2)	<input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	17. Bacia sanitária em elevação na altura estipulada pela ABNT (0,45m do piso)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	18. Descarga em altura máxima de 1m do piso. (7.7.3.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	19. Lavatório suspenso com área de aproximação frontal. (7.8.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	20. Torneira de acionamento facilitado. (7.8.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	21. Acessórios como espelhos, papeleiras e cabides em faixa de alcance confortável.	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende

		<input type="checkbox"/> Não se aplica
	22. Com puxador horizontal para facilitar abertura e fechamento.	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica

7. ANEXO 2: PRAÇA

PRAÇAS	Norma ABNT	
a) Localização	1. Condições gerais de Acessibilidade em pisos, calçadas, mobiliário. (10.13.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	2. Preservação do meio ambiente com intervenção mínima com máximo grau de acessibilidade. (10.13.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	3. Pisos com superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas. (6.1.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	4. Adaptações no caso de presença de catraca. (6.2.5)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	5. Mesas para jogos ou refeições adaptadas para acessibilidade. (9.3)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	6. Se em área tombada, atender as especificações próprias. (10.2.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
b) Sanitários	7. Se presentes, haver pelo menos um com	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente

	adaptações de acordo. (7)	<input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
--	---------------------------	---

8. ANEXO 3: BENS TOMBADOS-IGREJAS

Bens Tombados- Igreja	Norma ABNT	
a) Localização	1. Condições gerais de acesso. Todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos. (6.2.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	2. Rota acessível no percurso entre estacionamento e entradas principais. (6.2.4)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	3. Sinalização de entradas acessíveis. (6.2.8)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	4. Instalação em plano horizontal. (10.3.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	5. Presença de espaços para PMR e PCR de acordo com tabela 8 da ABNT (8.2.1.1/ABNT2004)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	6. Dimensão de espaço para a cadeira de rodas	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente

	de acordo com ABNT. (10.3.2.5)	() Não atende () Não se aplica
b) Sanitários	7.Presença de pelo menos um sanitário acessível, em rota acessível com sinalização. (7.3.1/7.3.2)	() Atende plenamente () Atende parcialmente () Não atende () Não se aplica